

Salvar a educação, como?

PARA vexame nosso, o quadro do ensino de 1º Grau, apresentado ontem pelo Ministro Jorge Bornhausen aos assessores para planejamento educacional dos Governadores recém-eleitos, não é um quadro estático que se preste a ser o marco zero da campanha que o Ministério da Educação pretende lançar, a Campanha de Salvação da Educação Brasileira.

OS NÚMEROS que o Ministro tem em mãos não são constantes. Eles indicam apenas um momento de um processo acentuado de deterioração que se vem notando há vários anos, ganhando ímpeto avassalador a contracorrente do Ministério, Secretarias de Educação e seus respectivos programas na área — não raro proclamados também de salvadores. Um levantamento regressivo dos diversos diagnósticos já obtidos pelo próprio MEC bastará para evidenciá-lo. Comparem-se, por exemplo, os 32 por cento atuais de crianças nordestinas sem acesso a qualquer tipo de ensino de 1º Grau, com os 24 por cento encontrados na época do ex-Ministro Eduardo Portella (1979-1980), só para não ir muito longe.

SALVAR a educação brasileira significa, então, bem modestamente, inverter esse processo. Mesmo assim, como?

HÁ UMA primeira evidência, gritante: a baixa capacidade, técnica e financeira, na quase unanimidade dos Municípios brasileiros, para atender razoavelmente à respectiva responsabilidade constitucional pelo ensino de 1º Grau. Mas, atenção:

salvar a educação brasileira jamais será avocar ao MEC tal responsabilidade. Seria antes destruí-la, em definitivo, de vez que a centralização conduziria à padronização, com ruptura do conduto vital existente entre ensino de 1º Grau e comunidade local e cultura popular.

MIRE-SE o Ministro Jorge Bornhausen nas tradições de seu próprio Estado de origem, Santa Catarina, e nas de vizinhos, embora hoje sob ameaça também de massificação e centralização: o desempenho, bastante apreciável e quase exemplar, no quadro nacional, que os Estados sulinos alcançaram no ensino de 1º Grau e nas taxas de alfabetização, não se deve, em grande parte, ao profundo intercâmbio que ali se estabeleceu, sobretudo nas populações rurais, entre escola e comunidade, escola e cultura local?

DAÍ SE progredirá para uma segunda evidência, a clamar por uma ponderação mais detida: se há reprovação em massa (75 por cento) na primeira série do 1º Grau, é porque o ensino de 1º Grau marca a introdução do aluno num universo sócio-cultural aberrante daquele em que viveu até então. É o caso de se indagar se responde à diversidade dos muitos Brasis um ensino de 1º Grau, de consolidação às vezes difícil (alfabetiza-se, por exemplo, sem sequer implantar o hábito da leitura), seriado em períodos letivos anuais e ainda por cima gregorianos. Quer dizer, sem respeito algum pelo apelo à sobrevivência oferecido

pelas atividades econômicas preponderantes na região.

O PRÓPRIO instrumental de diagnóstico usado pelos órgãos do Governo em matéria educacional merece ser reexaminado. O conceito de escolaridade, por exemplo, como indicativo do nível de instrução, não é adequado, nem realista num País onde a estratégia de sobrevivência, um dos produtos admiráveis de nossa cultura popular, conduz inapelavelmente a um saudável autodidatismo — saudável, inclusive, por ser um contrapeso ao caráter fortemente corporativista de nossa escola, em todos os níveis.

MENOS apropriada ainda é a categoria de faixas de escolaridade, que carrega um pressuposto nefasto: que o acesso à escola é inconciliável com o ingresso na população economicamente ativa. E é paradoxal que se use dessa categoria, avalista de desigualdades sociais, como instrumento de análise de uma realidade brasileira que se intenta corrigir.

COMO A escola, a educação brasileira não pode ser examinada em si e por si. Temos que perguntar, diante do quadro já conhecido, se nossa escola é a única e insubstituível agência de educação formal, sobretudo de uma educação em escala de dezenas de milhões. Mas temos que perguntar ademais se escola e educação têm sido instrumentos válidos de transmissão, difusão e crescimento de nossa cultura. Afinal, a cultura é que é o bem, do qual a educação é a técnica e a escola, uma agência.